Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas - FATECS

IZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA

A CRISE HÍDRICA DE SP NO JORNALISMO ON LINE

Brasília

2015

IZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA

A CRISE HÍDRICA DE SP NO JORNALISMO ON LINE

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília

2015

IZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA

A CRISE HÍDRICA DE SP NO JORNALISMO ON LINE

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, 27 de novembro de 2015.

Banca Examinadora

_____

Prof. Luiz Cláudio Ferreira, Me.

Orientador

_____

Profa.Elizângela Monteiro

Examinador

_____

Prof. Bruno Nalon

Examinador

A todas aquelas pessoas que reconhecem a importância e a urgência da preservação do meio ambiente e contribuem para a promoção da consciência ecológica, por meio do compartilhamento de conhecimentos e práticas colaborativas.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por mais esta oportunidade de realização pessoal e profissional.

Ao meu marido Ivan e meus filhos Iana e Andre, pela torcida e apoio incondicional na realização deste sonho.

Ao grande mestre e amigo Luiz Cláudio, pela imprescindível orientação para realização deste trabalho, e pelo exemplo de comprometimento e dedicação ao jornalismo e aos seus alunos.

A todos os professores do curso de jornalismo que contribuíram para meu aperfeiçoamento com conhecimento e amizade.

Aos meus colegas que me receberam com carinho, me deram suporte digital e me ajudaram a construir um novo olhar para esta realidade em ebulição.

A bibliotecária Marinês L. Nascimento, pela disponibilidade e presteza na instrução das regras ABNT, para a formatação do conteúdo.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a contribuição do jornalismo online na promoção da consciência ecológica do cidadão brasileiro. Para isso, foram selecionadas três reportagens especiais sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo, no ano de 2014. Os conteúdos escolhidos foram publicados pelo G1, UOL e Folha, os mais acessados portais de notícias do país. A premissa do trabalho é que os materiais deveriam se mostrar contextualizados a fim de esclarecer a maior parte da opinião pública, sobre a real situação dos recursos hídricos, especialmente da região metropolitana de São Paulo. E levantar qual é a responsabilidade social do jornalista, qual o papel da imprensa com relação à questão ambiental, tendo como recorte o Web Jornalismo e suas características. Para alcançar o objetivo proposto, uma opção foi utilizar referências das estratégias metodológicas de “análise de conteúdo”, descrita por Bardin (2006). De acordo com o pesquisador, a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para a avaliação, foram buscadas diferenciações entre os conteúdos, com categorias de abordagem distintas. De forma empírica, as informações dos textos, vídeos, mapas, infográficos e demais recursos multimídia foram divididas em três categorias: Educativa, Factual e Política. Pela compilação dos dados é possível quantificar qual o teor das informações sobre o problema de abastecimento de água no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Água, Abastecimento de água, crise hídrica, São Paulo, seca, desperdício, consciência ecológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISTA.....10

2 JORNALISMO E MEIO AMBIENTE.....13

2.1 MUITA TEORIA, POUCA AÇÃO.....15

3 AGENDAMENTO E EDIÇÃO.....18

3.1 TEORIA DE GATEKEEPER.....18

3.2 TEORIA DO AGENDAMENTO.....19

3.3 TEORIA DO NEWSMAKING.....19

4 FONTES.....21

5 WEBJORNALISMO.....24

6 O MÉTODO.....27

7 A ANÁLISE.....30

7.1 REPORTAGEM 1.....30

7.2 REPORTAGEM 2.....33

7.3 REPORTAGEM 3.....37

CONCLUSÃO.....40

REFERÊNCIAS.....41

INTRODUÇÃO

Quando falta água na torneira, surge o alerta na população e o interesse da imprensa pela cobertura da crise hídrica. O critério decisivo para um fato se tornar notícia é justamente o da novidade, especialmente para a plataforma digital. A exceção das catástrofes pontuais, como as enchentes, queimadas, tsunamis e terremotos, os assuntos ligados ao meio ambiente perdem na corrida de prioridades com outros temas, nos noticiários diários.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar e categorizar as reportagens especiais de portais brasileiros sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo, a fim de verificar se a mídia nacional tem cumprido o seu papel social de esclarecer e conscientizar os cidadãos, sobre a real situação dos recursos hídricos no país. Quantificar se o teor das informações tem viés educativo/ambiental, factual ou político com o propósito de compreender se o tema está devidamente contextualizado, na produção dos conteúdos.

O trabalho tem como objeto três reportagens especiais sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo no ano de 2014. São buscadas diferenciações entre os conteúdos, com categorias de abordagem distintas. A premissa de trabalho é que os materiais deveriam se mostrar contextualizados a fim de esclarecer a maior parte da opinião pública.

Segundo arquivos da Agência Nacional de Águas (ANA), quase 97,5% da água que cobre a superfície da Terra é salgada. Dos 2,5% restantes, 1,73% está congelada nas geleiras e calotas polares e 0,77% ficam em profundas camadas subterrâneas. Sobram menos de 0,01% de água segura para uso humano.

Este baixo percentual de água boa disponível é afetado por um agravante: - a falta de conscientização ambiental por parte dos representantes dos governos, da agricultura, da indústria e da população em geral. No Brasil, 37% da água tratada se perdem pelo caminho, com vazamentos e ligações ilegais. A população ainda desperdiça água lavando carros, calçadas e em banhos demorados. O processo de

produção obsoleto da indústria nacional consome 18% de água doce e o sistema de irrigação da agricultura 61%.

A imprensa divulga que o Brasil é o país mais rico do mundo em reservas hídricas, contendo 13,7% da água doce disponível na Terra, mas não se encontra numa situação confortável. Pelo menos 40 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, o índice de desperdício no setor de produção e nas residências chega a 40%.

A cada ano, a água potável se torna um bem raro no mundo todo. Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgados na imprensa apontam para um diagnóstico alarmante: a escassez de água potável traz a morte na forma de doenças. Mais de 2 milhões de pessoas no mundo, a maioria crianças e idosos morrem a cada ano, por contrair doenças como diarreia e malária. No Brasil, 70% das internações hospitalares são causadas por essas doenças relacionadas à contaminação da água.

O consumo de água doce e limpa está cada vez mais crescente e imprescindível, com o aumento da população, do consumo doméstico, da produção agrícola e industrial. Somos todos contemporâneos de um impasse civilizatório, proveniente de um modelo de desenvolvimento que vem exaurindo os recursos naturais não renováveis do planeta, causando desastres ambientais e impactos negativos sobre a qualidade de vida da população, principalmente as mais pobres.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia[1]revela que quase 40% da população demonstra pouco interesse por assuntos de ciência e tecnologia por não entenderem do que se trata. Porém, 27% dos entrevistados apontaram que os jornalistas são os que inspiram maior confiança como fonte de informação.

Este percentual demonstra o poder de influência do jornalismo na formação da opinião pública e reforça a necessidade do engajamento dos veículos de comunicação na causa ambiental. A revolução trazida pela interação em rede, pela web e pela telefonia digital deu a cada indivíduo, empresa ou instituição, o poder de

[1] A pesquisa divulgada em 13/07/2015 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aponta os dados do estudo da série Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil, realizado pelo Centro de Gestão e Estudo Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pela Pasta.

produzir e compartilhar conteúdos de forma global e imediata. Isso aumenta a responsabilidade de todos com a ampliação da consciência ecológica e as mudanças de hábitos de comportamento e consumo na sociedade.

Para resolver as questões ambientais urgentes, que garantirão a preservação da água no planeta, este estudo trabalha com a ideia de que cada um terá que fazer a sua parte, inclusive os meios de comunicação.

> A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO, 2005)

Este trabalho será organizado da seguinte forma: O primeiro capítulo busca levantar qual é a responsabilidade social do jornalista. O capítulo dois têm o objetivo de pesquisar o papel do jornalismo com relação à questão ambiental. O terceiro capítulo apresenta a Teoria do Agendamento como base de fundamentação do conteúdo e inclui análise das Fontes de Informação. No capítulo quatro, o recorte da cobertura do tema é focado no Web Jornalismo e suas características. O capítulo quinto demonstra o método para análise de conteúdo, que será retratado nas reportagens especiais do capítulo sexto, complementado pela conclusão.

1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISTA

Ao longo dos anos a imprensa foi instrumento de debates e provocações que motivaram algumas conquistas significativas para a sociedade. Neste histórico, a questão da responsabilidade social se tornou algo consagrado no meio jornalístico mundial. Historicamente o jornalismo se estabeleceu como uma prática cuja missão relaciona-se com a esfera do bem comum e das aspirações coletivas.

No entanto, no último século, a atividade passou por significativa transformação, que contribuiu para o esvaziamento do seu papel, empurrando-a para um novo paradigma: o do compromisso com a sua própria sustentabilidade econômica.

> A imprensa manteve-se firmemente agarrada a uma agenda político-financeira estreitamente vinculada aos seus interesses corporativos e aos de seus principais aliados na arena partidária e empresarial, mesmo quando as pesquisas mostraram um aumento do fosso separando as pautas e a opinião dos leitores. (CASTILHO:2007).

Neste contexto, Nelson Traquina identifica dois lados no campo jornalístico: um polo ideológico, definido como um serviço público que leva às pessoas informações necessárias para que elas exerçam sua cidadania protegendo-as dos "eventuais abusos de poder" dos governantes. E um polo econômico associado "ao dinheiro e a práticas como o sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/ouvintes/à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional" (TRAQUINA, 2005, p. 27-28).

Definido no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros[2], o exercício da profissão é uma atividade de natureza essencialmente social, firmado em artigo, "a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão".

Porém, aquilo que está consagrado pela sociedade e possa até parecer óbvio, não é definitivo e merece reflexões. Quando os jornalistas produzem um código de conduta, o objetivo é proteger a sociedade de suas próprias atividades e

[2] O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros foi publicado no ano de 2004 pela Federação Nacional dos Jornalistas

assegurar ao público seu direito à informação independente, à opinião plural, às respostas e às correções sempre que se fizerem necessárias.

Dentre os princípios da ética profissional, a responsabilidade social do jornalista requer atuação em conformidade não só com a ética da categoria, como também com uma consciência ética pessoal. A informação deve ser compreendida como uma ferramenta para o bem social e transmitida com responsabilidade para o grande público, considerando interesses distintos.

Neste sentido, Manuel Carlos Chaparro (1993) parte do princípio de que todo conhecimento é posto em movimento por inclinações que o orientam. "Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses". O autor relaciona os elementos da notícia selecionados como atributos de relevância no conteúdo jornalístico: Atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências. Acrescenta mais alguns, que levam o leitor a se interessar ou não pela informação, como: a notoriedade, surpresa, conhecimento e dramaticidade.

Isso nos leva a refletir sobre as escolhas que o jornalista faz, diante da imensurável oferta de fontes de informação. Compromisso com o quê? Com quem? Quais atores para quem o jornalista dá voz? Qual recorte faz diante de um fato? Estas escolhas compõem a essência do compromisso com a sociedade.

Os autores americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel sustentam a teoria de que a primeira lealdade do jornalista deve ser com o cidadão. Em busca da verdade, os autores estimulam os jornalistas a checarem as informações até se chegar à verdade dos fatos propriamente dita, este cuidado diferencia a profissão de todas as outras formas de comunicação. “O princípio mais importante do jornalismo é o compromisso com a verdade pois o público necessita de informação ética, democrática e verdadeira para sua própria independência” (KOVACH e ROSENTIEL: 2003, p. 31).

Para Cremilda Medina (1982)a atualidade, veracidade, clareza e o interesse público devem ser determinantes para produção de conteúdo. Porém adverte que alguns critérios assumem status de verdades tácitas, sem aprofundamento crítico. “Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em história" (MEDINA, 1982, p. 21). A autora acrescenta que "os interesses

representam para a notícia um termômetro indispensável'' e enumera os que são considerados relevantes para o público: ''Emoções, superação, dinheiro ou propriedade, sexo e interesse local''. Neste sentido chama a atenção para o trabalho das novas gerações de profissionais. “O caminho mais imediato é o uso de apelos emprestados da publicidade, sobretudo na linguagem de envolvimento da reportagem”.

Sendo assim, a concepção de que o jornalismo é uma operação meramente mecânica de meia dúzia de regras, com os tradicionais quem? quê? quando? onde? como? e por quê? é uma atitude meramente reducionista.

2 JORNALISMO E MEIO AMBIENTE

No campo da cobertura do tema ambiental, as próximas páginas estão destinadas a analisar os critérios de visibilidade e contextualização desse tipo de assunto no jornalismo on-line.

Em junho de 2003, o descarrilamento de 18 vagões de uma locomotiva, em Uberaba, causou o vazamento de toneladas de produtos químicos no Córrego Congonhas, provocando a contaminação de toda a rede de abastecimento da cidade, uma explosão de 1.500 metros de raio, e o maior desastre ambiental da história de Minas Gerais.

Na coletânea de Sérgio Vilas Boas, “Formação & Informação”, André Azevedo da Fonseca traça, a partir do recorte de uma realidade concreta, a cobertura de um desastre ecológico e o problema do abastecimento de água potável na região. O autor aponta o agravante quando a sociedade carece de informações básicas acerca da situação dos recursos hídricos de sua cidade. “Já nas primeiras horas as notícias se tornavam transtornos reais para a população”. Além disso, o episódio serve para avaliar o papel do jornalismo ambiental e o problema do abastecimento de água potável, que é mundial.

> Se a imprensa quer mesmo ser relevante, deve encarar sua reponsabilidade em participar ativamente na formação ambiental do cidadão, não apenas nas calamidades, mas sobretudo no dia a dia. É preciso ter sempre em conta que a maioria das pessoas depende dos jornais como a única fonte de informação sobre o meio ambiente.(FONSECA, 2004, p. 115).

De acordo com observação do autor, a imprensa não tem o direito de ser irrelevante e precisa fornecer subsídios criteriosos ao debate público. Na sua avaliação, a mídia prefere dar destaque às ecocatástrofes, conquistando a audiência por meio do enfoque superficial, apressado ou distorcido dos fatos. Os veículos precisam transmitir conteúdos com a máxima urgência, principalmente nos meios digitais e é inadmissível perder espaço para concorrentes. “Quando temas complexos são abordados por profissionais despreparados, o resultado evidente é a difusão indiscriminada de equívocos e lugares-comuns – e com frequência são apresentados como informação científica.”

Em pesquisa, Fonseca apresenta a análise do professor de estatística dinamarquês Bjorn Lomborg sobre a divulgação de dados ambientais. Segundo o professor, muitas das afirmações catastróficas sobre o futuro do meio ambiente contradizem as próprias pesquisas nas quais são fundamentadas. "Com a proliferação do pânico, essas organizações conseguem influenciar governos e empresas para garantir verbas para sua causa."

Para Traquina (2005), a referência a algo negativo é um critério de valor-notícia.

> [...] os autores apresentam alguns fatores para explicar [...] a) as notícias negativas satisfazem melhor o critério de frequência; b) as notícias negativas são mais facilmente consensuais e inequívocas no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo; c) as notícias negativas são mais consoantes com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo; e d) as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de que são menos previsíveis. (TRAQUINA, 2005, p.72 - 73).

Isso demonstra que as notícias e previsões de "ecocatástrofes" pretendem arrancar emoções dos espectadores e serão construídas como as tragédias, com personagens no papel de vítimas, vilões e heróis buscando obter melhores níveis de audiência.

Marcelo Leite (2004) ressalta que a abrangência da cobertura ambiental depende do levantamento de informações de boa qualidade por entidades ambientalistas e pesquisadores. “O esforço de jornalistas sensíveis à questão ambientalistas deve ser no sentido de tornar o tema menos dependente da ocorrência de desastres, como incêndios florestais e derramamentos”.

O jornalista e biólogo, Eduardo Geraque também reconhece que a imprensa brasileira e mundial ainda não despertou para o jornalismo ambiental. Para ele, além das catástrofes, uma cobertura recorrente, aprofundada e multifacetada que abordasse o aspecto da prevenção e conscientização praticamente não existe. Ele defende que é preciso enxergar o problema com todas as suas nuances e transversalidades, para depois exigir dos responsáveis algum tipo de solução. "Faz parte do ofício, mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações, na teia de significações, na história humana, no povo ribeirinho, e nos grandes empresários."

André Trigueiro (2005) chama a atenção para a necessidade de perceber as questões ambientais de maneira interligada com tudo e com todos, essencialmente para produção de conteúdo eletrônico.

> A falta de preparo dos jornalistas se revela no falso entendimento de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora e na dificuldade de perceber a dimensão transversal dos assuntos ambientais. Agilidade, abrangência, replicabilidade e permanência são as quatro grandes qualidades do jornalismo ambiental online. Tudo dependerá da habilidade daqueles que produzem a informação ambiental em perceber e usar as peculiaridades da internet. (TRIGUEIRO, 2005)

2.1 MUITA TEORIA, POUCA AÇÃO

Quinhentos participantes, incluindo especialistas designados pelo governo de cem países e representantes de oitenta organismos internacionais, intergovernamentais e não-governamentais participaram da Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente (ICWE) em Dublin, Irlanda, ocorrida em janeiro de 1992. Deste encontro, especialistas diagnosticaram a situação futura dos recursos hídricos no mundo e criaram a Declaração de Dublin e o Relatório da Conferência.

Nestes documentos, os representantes firmaram o compromisso de reverter a presente tendência de superconsumo, poluição, e desafios crescentes de secas e enchentes, a níveis locais, nacionais e internacionais, baseados em quatro princípios de orientação:

> N° 1 - A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente.
> N° 2 - Gerenciamento e desenvolvimento da água deverão ser baseado numa abordagem participativa, envolvendo uma maior conscientização dos legisladores e o público em geral.
> N° 3 - As mulheres formam papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água, como provedoras, usuárias e guardiãs do ambiente para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos.
> N° 4 - A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico. (ONU, s/p)

A saúde e o bem-estar, a garantia do suprimento de alimentos, o desenvolvimento industrial e os ecossistemas correspondentes, estão todos em

risco, a não ser que a água e os recursos naturais sejam gerenciados mais efetivamente na década presente e nas futuras, do que foi feito no passado.

O 2º Fórum Mundial de Água, em Haya na Holanda, ocorrido em 2000, e a Conferência Internacional sobre Água Doce, em Bonn na Alemanha, em 2001, colocaram a água no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável e estabeleceram metas para melhorar e organizar a gestão dos recursos hídricos mundiais.

Uma série de discussões prosseguiu em 2002 com a Rio+10, em Johanesburgo, e em 2003 com o 3º Fórum Mundial da Água, em Quioto, no Japão. Em seguida, uma Resolução da ONU, assinada por 148 países, proclamou 2003 como o Ano Internacional da Água Doce. O objetivo destes encontros é encorajar governos, empresas e organizações civis a participar da adoção de mecanismos de gestão dos recursos hídricos, em suas localidades.

Todos estes encontros receberam ampla cobertura jornalística, que se desdobraram em centenas de reportagens, publicações, boletins, livros, revistas e outros documentos de divulgação. No entanto, segundo relatórios da ONU, muito pouco tem sido cumprido desde então. De acordo com as Nações Unidas, a inércia das lideranças e a ausência de uma consciência clara da população mundial sobre a magnitude do problema resultam em um vazio de medidas corretivas necessárias.

Geraque (2004) acredita que o público, apesar de ter aumentado muito nos últimos 10 anos, continua tímido com relação às problemáticas socioambientais e mais interessado em política, economia, cultura e esportes. E questiona: "Será que o meio ambiente não está de alguma forma interligado a todos esses temas?"

No tocante à atuação dos profissionais de comunicação, Geraque ressalta que o jornalista não pode se sentir perdido na era da informação e globalização. Que as tecnologias vieram à tona para transformar e facilitar os processos comunicacionais de maneira geral, mas também distanciam, dispersam e desfocam os temas, especialmente as questões ambientais, que são multifacetadas. E adverte que a relação entre a biodiversidade e os meios de comunicação é muito mais do que atual. Ela é uma pauta para o futuro também.

Neste contexto, o sociólogo alemão Ulrich Beck (1999) considera que a globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e

comunicação transformaram a sociedade mundial atual, numa Sociedade de Risco. Para Beck, os riscos ambientais, químicos, nucleares, genéticos, sociais, políticos, e individuais, tendem cada vez mais a escapar do controle e da proteção tradicional da sociedade. Em “O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização” (1999), o autor utiliza a expressão Modernidade Reflexiva, para ressaltar que, diante do risco, a própria sociedade se debruça sobre os seus problemas, originários especialmente do progresso tecnológico/científico.

Sobre a importância da participação da sociedade nos processos de comunicação, Márcio Fernandes apresenta o conceito, “jornalismo cívico”, nascido na década de 1990, nos Estados Unidos. E utiliza como referência de estudo para analisar o envolvimento da mídia em atividades que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas, no Brasil.

> Por jornalismo cívico, comunitário, de contato com a comunidade ou de interesse público, entende-se que seja a ação de “retomar contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussões de temas de interesse público. (CASTILHO, 1997, p.17)

A partir do estudo comparado dos modelos americano e brasileiro, (2002), Fernandes concorda que o jornalismo cívico aumentou de forma mensurável o conhecimento dos leitores sobre assuntos específicos. “Ao fornecermos aos leitores meios de agir, eles irão agir”.

> Observamos jornalismo de profundidade com ressonância mais autêntica com a comunidade, redescobrindo suas comunidades e rompendo alguns velhos estereótipos; Novas páginas, novos empregos, novos critérios, novas declarações de missão [...]; por fim, o jornalismo cívico produziu um ambiente que permitiu aos editores assumirem novos riscos. (SCHAFFER, 2001 s/p)

E defende uma imprensa mais cidadã, pautada num profissionalismo ético em alta instância, não buscando o erro para denunciar, mas colaborando para que o erro seja evitado. Fernandes também ressalta que o esquema “emissor-canal/mensagem-receptor” não funciona mais apenas em um sentido, especialmente no jornalismo online, onde há interação constante por iniciativa do receptor das informações.

3. AGENDAMENTO E EDIÇÃO

As ofertas crescentes de novas tecnologias conectadas à internet favorecem de forma direta o fluxo de informações, em cadeia global. Por meio de uma complexa rede de comunicação, diversas notícias fluem nos noticiários da TV, rádio, jornais, revistas e internet, a todo instante. Na disputa frenética pela audiência, é possível comprovar que, alguns temas têm prioridade de publicação em detrimento de outros. Este estudo busca avaliar se as reportagens sobre o meio ambiente ficam em segundo plano na hierarquização dos temas, dentro dos portais de notícias brasileiros.

3.1 TEORIA DE *GATEKEEPER*

Pelos princípios da Teoria de *Gatekeeper*, o jornalista faz o papel de porteiro, (*gatekeeper* em inglês) e atua como um filtro, com o poder de selecionar as notícias, depurar as fontes e suas ações. Ao eleger determinados fatos e excluir outros, o jornalista organiza, sistematiza, classifica e hierarquiza a notícia, emoldurando uma realidade para as pessoas. Essa seleção sugere que a mídia propõe não só o que pensar, como também como pensar.

Segundo Nelson Traquina (2005), esta teoria discute o papel dos meios de comunicação na hora de determinar quais são os assuntos que estão no centro de atenção e de ação públicas.

> O processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *Gates*, isto é, "portões" que são áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper,* tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo "portão"; se não for, na prática significa a sua "morte", a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação". (TRAQUINA, 2005, p.150).

Felipe Pena (2005) descreve que este conceito foi criado a partir de um estudo do fluxo de notícias dentro de um jornal, por David White, (1950). Durante uma semana, o pesquisador acompanhou o trabalho de um jornalista, a quem chamou de Mr. Gates, cuja função era determinar as reportagens que deveriam ser selecionadas entre as centenas que chegavam diariamente à redação. E concluiu

que as decisões foram subjetivas e arbitrárias, dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper.* White também observou que o fator tempo era determinante no momento da seleção e quanto mais tarde chegasse a notícia, mais chance teria de ser descartada. Pena acrescentou que as notícias filtradas e publicadas passam novamente pela seleção, para o jornalista avaliar sua progressão, caso surjam desdobramentos e continuações de fatos que possam se tornar geradores de nova audiência.

3.2 TEORIA DO AGENDAMENTO

Posteriormente, a partir de uma série de pesquisas, Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972) apresentaram a Teoria do Agendamento, ou Agenda *Setting*, e reafirmaram o papel da mídia em determinar os assuntos que estão no centro da atenção pública. Segundo Pena (2005), os efeitos midiáticos na vida social já foram sugeridos por Walter Lippmann, em 1922, quando estabeleceu uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública. Na perspectiva de Lippmann, a imprensa é a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e suas imagens no nosso imaginário. Ela funciona como agente modeladora do conhecimento e usa os estereótipos como forma simplificada e distorcida da realidade, que não percebemos.

Nesta perspectiva, o público tende a dar mais importância aos assuntos que têm maior exposição nos meios de comunicação, sugerindo assim que é a mídia quem diz sobre o que fará parte das conversas dos consumidores.

3.3 TEORIA DO *NEWSMAKING*

Além de passar pela seleção de prioridade e relevância, as reportagens podem sofrer outras interferências. Em sua obra, Wolf cita a socióloga americana Gaye Tuchman, que identificou três principais vertentes determinantes no resultado final do noticiário: “a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos.

A hipótese de *newsmaking* surgiu dos estudos de Kurt Lewin, (1947) sobre os processos pelos quais uma informação passa até chegar à sua publicação e quais os fatores que interferem na sua produção.

Ao citar Tuchman, Wolf destaca que os veículos de comunicação devem cumprir três obrigações para produzir o noticiário:

> - “Tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;
> - Elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático;
> - Organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada”.(TUCHMAN, 1978)

A partir das análises de Tuchman, Pena reconhece que o jornalista se torna submisso a um planejamento produtivo de notícias, com procedimentos próprios e limites organizacionais. “Embora o jornalista seja participante na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional”. Neste sentido, as preferências pessoais na seleção e filtragem das notícias e uma suposta intenção manipuladora por parte do jornalista seria limitada pelas imposições do processo de produção jornalística.

Pena também destaca que diante da imprevisibilidade dos acontecimentos e da complexibilidade da atividade jornalística, “as empresas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias.”

Uma das práticas de que se ocupa a Teoria do *Newsmaking* é a noticiabilidade, baseada nos valores-notícia, que são os critérios usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícia.

Porém Tuchman adverte que apesar da notícia ser elaborada de acordo com a lógica estabelecida pelo formato, há sempre uma recontextualização de seu foco durante a edição. O que vai ao encontro do entendimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, de que não se pode encarar os pressupostos de processo de produção e cultura jornalística como determinantes. “Não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros, não apenas em relação aos indivíduos, mas também de instituições, culturas e forças sociais".

4 FONTES

A velocidade sempre foi um “valor” para o jornalismo, porém, o que favorece a velocidade na transmissão de informações pode conduzir ao automatismo e se torna contraditório à promessa de precisão desse trabalho comprometido com a apuração e transmissão de informações confiáveis a um público cada vez mais amplo.

Segundo Nilson Lage (2001, p. 49), a maioria das matérias jornalísticas possui informações passadas pelas instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. Cabe aos repórteres selecionar e questionar esses personagens, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas.

Além dos órgãos oficiais, cientistas, pesquisadores e ambientalistas precisam entrar no rol dos entrevistados. Porém, Felipe Pena (2005) chama a atenção para a tendência subjetiva da fonte, na interpretação de um fato.

> Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses. (PENA, 2005, p. 57).

Para Cremilda Medina, a procura dos jornalistas por fontes oficiais e o limitado uso de outras vozes têm raízes históricas no Brasil.

> O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro.(MEDINA: 2000, p.36).

O critério de escolha das fontes passa pelo conceito de representatividade e credibilidade. Normalmente quem não exerce poder econômico não tem voz. Medina ressalta a importância da polifonia na imprensa. A seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados. (MEDINA: 2000, p. 37).

Ao analisar o relacionamento do jornalista com suas fontes, Nilson Lage ressalta que o resultado de uma consulta à fonte depende, basicamente, da intenção que essa fonte atribui ao repórter.

> Cada indivíduo entende a realidade conforme seu próprio contexto e seu próprio estoque de memória. Tomados como hipóteses mais ou menos confiáveis, refletem crenças da pessoa, adquiridas por observação, informação ou inferência. (LAGE, 2001, p. 54)

Devido à grande importância que têm no processo de produção do conteúdo jornalístico, Lage classificou as fontes oficiais, oficiosas e independentes, primárias e secundárias, testemunhais e os experts:

a) Fontes oficiais: são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; empresas e organizações, sindicatos, associações, fundações etc.
b) Fontes oficiosas: são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido.
c) Fontes independentes: são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso.
d) Fontes primárias: são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números.
e) Fontes secundárias: são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais.
f) O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma

(dificilmente se terá acesso ao todo), ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os agressores.

g) Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. (LAGE, 2001)

Felipe Pena analisa que as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. "Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na condição de “instituição”. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria".

Depois de passar por situações constrangedoras com suas publicações, o jornal The Washington Post estabeleceu regras para os jornalistas, quanto ao trabalho com as fontes.

- Todas as declarações devem ser transcritas exatamente como foram colhidas pelos repórteres;
- Se o repórter quiser utilizar uma fonte confidencial, sua identidade deverá ser revelada a pelo menos um editor;
- Entrevistas em off, sem que a fonte se identifique de forma alguma não serão mais publicadas. É recomendável ao repórter que não se envolva mais nesse tipo de conversa;
- Informações sem atribuição de fonte, mas com alguma identificação, podem ser utilizadas desde que respeitada regra 2.(PENA)

No jornalismo online, a internet permite ao jornalista obter rapidamente uma infinidade de informações para complementar suas matérias e contribuir para contextualização e aprofundamento dos temas abordados. Mas, por outro lado, essa prática traz também a padronização do conteúdo por meio do uso frequente das mesmas fontes.

Elias Machado estudou o ciberespaço como fonte para os jornalistas e concluiu que:

> A criação da tecnologia digital desencadeia um processo de utilização das redes telemáticas que apresenta duas vertentes: a) as redes são uma espécie de ferramenta para nutrir os jornalistas das organizações convencionais com conteúdo complementares aos coletados pelos métodos tradicionais e b) as redes são um ambiente diferenciado com capacidade de fundar uma modalidade distinta de jornalismo, em que todas as etapas do sistema de produção de conteúdos jornalísticos permanece circunscrita aos limites do ciberespaço.(MACHADO, 2000)

5 WEBJORNALISMO

Diferentes nomenclaturas têm sido utilizadas para designar esta prática jornalística, como: ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo online, jornalismo digital, jornalismo hipertextual. Para João Messias Canavilhas (2001), essa nomenclatura está direta ou indiretamente relacionada com o suporte técnico. Assim como para designar o jornalismo desenvolvido para a televisão, utilizamos “telejornalismo”; para o rádio “radiojornalismo”; podemos usar “webjornalismo” para falar o jornalismo feito para a web.

O webjornalismo conquistou uma infinidade de possibilidades de explorar todas as potencialidades que a internet oferece, desenvolvendo um produto completamente novo: a webnotícia. Neste sentido, Canavilhas (2001) reconhece que a utilização de recursos multimídias na produção de conteúdo permite ao leitor explorar a notícia de uma forma pessoal, por meio da "leitura multilinear.” Por outro lado, também exige que o jornalista produza a reportagem oferecendo caminhos, que facilitem a navegação. Neste contexto, nasce um novo perfil de profissional, produtor de conteúdos multimídia jornalístico – o webjornalista.

O crescimento da www foi rápido e não parou desde então. Pesquisadores em todo o mundo se interessam em estudar suas características e aprimorar sua prática. No meio jornalístico, já foram identificados alguns elementos importantes, como a interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimidialidade, convergência, interatividade, personalização e memória.

Conforme Mielniczuk (2001) a interatividade diz respeito à capacidade do webjornalismo de fazer com que o leitor/ usuário sinta-se parte do processo de produção do conteúdo. Esta prática pode acontecer por meio de e-mails entre leitores e jornalistas; como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões; e/ou através de chats com jornalistas.

A multimidialidade consiste na convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico; e, a memória aponta para o acúmulo das informações, fato mais viável técnica e economicamente no webjornalismo do que em outras mídias. Já a customização do conteúdo ou

personalização, também denominada de individualização, consiste na existência de produtos jornalísticos configurados de acordo com os interesses individuais do usuário.

A hipertextualidade, por sua vez, traz a possibilidade de interconectar textos através de links e a partir do texto noticioso, apontar-se para outros textos: como para releases, sites relacionados ao assunto; ou ao material de arquivo dos jornais, por exemplo.

Dos seus estudos sobre jornalismo on line, Luciana Mielniczuk destaca a relevância dos *links* na narrativa hipertextual e apresenta suas características: interatividade, hipertextualidade, multimidialidade, personalização, memória e atualização contínua. Segundo a autora essas ferramentas de publicação têm uma função paratextual que facilita a disponibilização de informações na web. “Usualmente cada empresa desenvolve o seu próprio sistema, visando atender às suas necessidades. Esses sistemas se constituem em soluções para otimizar o trabalho do jornalista e reduzir a necessidade de que ele tenha conhecimentos técnicos sobre o processo de produção e disponibilização do material na web” (Mielniczuk, 2003, p. 178).

A análise sobre o papel da web na conscientização ecológica do cidadão precisa levar em conta também o perfil dos navegantes na internet. Ao estudar o conteúdo jornalístico nos portais, Pollyana Ferrari descreve a visão de Pierre Lévy sobre este viés, “O ser humano é preguiçoso e gosta de ter acesso fácil a tudo o que precisa”. Neste entendimento, ele aponta a existência de dois tipos:

> Os que procuram uma informação específica e os que navegam interessados vagamente por um assunto, mas prontos a desviar a qualquer instante para links mais interessantes – sendo estes últimos chamados por ele de navegantes “de pilhagem”, o que me faz chegar à conclusão de que esta é a navegação típica dos leitores dos portais”.(FERRARI, 2003. p. 20)

A autora também ressalta que alguns veículos começaram a moldar produtos editoriais interativos com qualidades convidativas e grande abrangência de temas e personalização. “A viagem é lúdica e o apelo visual e textual falam mais alto”. Porém adverte que a mídia é nova e está em mutação, por isso o papel do jornalista na

internet é fundamental, na divulgação de valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação da realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais.

> [...] Criamos uma sociedade com uma consciência sem história, sem passado, voltada para atemporalidade da “inteligência artificial”. Vivemos a sociedade da informação que não informa, apenas absorve grandes quantidades de dados”. [...] “Os portais são os maiores contribuintes para a formação deste leitor passivo e acostumado a dar uma olhada em diferentes janelas, mesmo sem se aprofundar em nada”.(FERRARI, 2003. p. 21).

Para a pesquisadora, a internet muda os processos e também os resultados, impondo novas necessidades de adequação e crítica ao modo de produção.

6 O MÉTODO

Para alcançar o objetivo proposto de avaliar a cobertura jornalística sobre a crise da água uma opção foi utilizar estratégias metodológicas a fim de descrever, analisar e comparar os conteúdos identificados pelos veículos como “Especial” no ano de 2014. Para amparar a observação, uma referência é a “análise de conteúdo”, descrita por Bardin (2006), procedimento elaborado nos Estados Unidos desde o início do século 20, a partir de um método desencadeado pela contagem e pela medida.

Bardin ressalta que em toda e qualquer atividade científica, o material a ser trabalhado deve passar por um processo de categorização. A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

> [...]A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto”. (BARDIN: 2006,p.103)

Dentro do procedimento, estabelece-se relação direta com a estratégia para a análise que a autora denomina como “categorial”. Nessa estrutura, os elementos são dispostos em “caixas” conforme as características comuns avaliadas.

> É o método das categorias, espécies de gavetas e rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem. É portanto um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 2006,p.117)

O método de análise de conteúdo consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico. Cada fase do roteiro segue regras bastante específicas, podendo ser utilizado tanto em pesquisas quantitativas quanto em pesquisas qualitativas.

Bardin divide o roteiro de estudo em 3 etapas:

1) Etapa de pré-análise – Nesta fase inicial, escolhe-se os documentos, formula-se hipóteses e objetivos para a pesquisa, que pode ser dividida em subfases, que incluem a leitura flutuante; escolha dos documentos; formulação de hipóteses e dos objetivos; referenciação dos índices, elaboração de indicadores e a preparação do material;

2) Etapa de exploração do material – Aplica-se as técnicas específicas segundo os objetivos propostos para o estudo. Consiste “nas operações decodificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. (BARDIN,2006).

3) Etapa de tratamento dos resultados e interpretações do conteúdo obtido. Esta fase liga os resultados obtidos ao escopo teórico, e permite avançar para conclusões que levem ao avanço da pesquisa.

De forma empírica, as informações dos textos são divididas, por esta pesquisadora, em três categorias:

1. **Categoria Educativa:**

A fim de identificar se as matérias têm teor educativo, buscou-se conceitos que instruem, ensinam, acrescentam conhecimento e promovam conscientização ecológica e mudança de hábitos de consumo da água. Neste contexto, serão pesquisados termos relacionados à prevenção, economia, controle, consumo, racionamento, desperdício.

2. **Categoria Factual:**

Com o objetivo de reconhecer se as reportagens têm abordagens factuais serão identificados os relatos que se atém aos fatos reais atuais, sem propor interpretações, nem previsões, nem conexões com fatos semelhantes ocorridos em outros locais, ou períodos.

3. **Categoria Política:**

Com o propósito de caracterizar se as reportagens apresentam abordagens políticas, serão observadas referências aos governos federal, estadual e municipal, bem como aos partidos políticos, especialmente PT, PSDB e PMDB. Também serão examinadas de que forma as citações políticas estabelecem relações com a questão da água.

Para fazer essa divisão, a sistemática inclui avaliar qual a priorização do conteúdo em cada um dos parágrafos do texto. Isso não quer dizer que em um

parágrafo que seja prioritariamente educativo não exista informação factual, por exemplo.

Os questionamentos principais para referenciar este conteúdo são os seguintes:

a) Sobre o que trata a reportagem?
b) Quais são as principais personagens e fontes do texto?
c) Há materiais multimídia? Quais assuntos?
d) Há links para fora do texto?
e) Há possibilidade de interatividade?
f) Exemplos de palavras que indiciam as categorias (factual, educativa e política)

Para este estudo, foram selecionadas três reportagens especiais dos portais mais acessados do país, G1, UOL, Folha. O trabalho tem como objeto a abordagem do webjornalismo sobre a situação da água dos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio das seguintes reportagens:

- Crise hídrica em São Paulo já gerou mais de 50 ações e inquéritos no MP, publicada em 18/08/2015, no portal de notícias G1.
- Especial Água, TAB, conteúdo produzido semanalmente pela equipe do UOL.
- Gente demais. A maior metrópole brasileira chega ao limite, Folha de São Paulo.

7 A ANÁLISE

Neste capítulo, são descritas as avaliações dos materiais elencados conforme esboçado no método.

7.1 Reportagem 1: “Crise hídrica em São Paulo já gerou mais de 50 ações e inquéritos no MP”. Veículo: Portal de notícias G1

a) Sobre o que trata a reportagem?

A publicação aborda a crise no abastecimento de água potável no Estado de São Paulo. Chama a atenção logo no título pela questão jurídica do problema. Após atestar com números de ações e inquéritos na justiça, o *lead*[3] ressalta cortes no abastecimento como consequência, sugere falta de transparência na divulgação e informa sobre a abertura de audiência pública para debater assunto.

O corpo do texto segue essencialmente focado no aspecto jurídico da crise hídrica na região. Cita o pedido negado pelo juiz para interromper a obra de interligação dos sistemas Rio Grande e Alto Tietê, devido às licenças ambientais. E acrescenta que a maioria dos processos resultou num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sem explicar o que é o Termo.

b) Quais são as principais personagens e fontes do texto?

A reportagem não apresenta declaração de fonte oficial nem depoimentos de cidadãos. Na elaboração do conteúdo, foram narrados procedimentos adotados pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, sem citar nomes e afirmações dos seus representantes. Também foi mencionado o juiz da 3ª Vara Pública, Luiz Manuel Pires, mas sem pronunciamento entre aspas.

[3] *Lead*, é uma expressão inglesa que significa "guia" ou "o que vem a seguir". Em jornalismo é a primeira parte de uma noticia que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse.

c) Há materiais multimídia? Quais assuntos?

Ao final da página, é possível observar teor educativo no pequeno vídeo “Entenda a crise da água em SP”. O tema é descrito de forma simples, ilustrativa, bem resumida e didática.

d) Há links para fora do texto?

A partir do diagnóstico da pesquisadora Luciana Mielniczuk, o link precisa ser encarado como um elemento integrante de uma narrativa verossímil e que pretende dar conhecimento ao público de fatos correlacionados ao conteúdo apresentado.

Neste sentido, observa-se que a reportagem oferece links para fora do texto, porém todos são direcionados para publicações do próprio portal de notícias G1. O que comprova a intenção de segurar o leitor e formar sua opinião em conformidade com a linha editorial do portal.

O primeiro bloco de links conduz para conteúdos com viés educativo, factual e político.

- Blog: como economizar água
- E se o Cantareira secar?
- O nível dos reservatórios
- Billings é a saída?
- Como é a multa por consumo?
- Mapa do consumo

A seleção de links no segundo bloco direciona para conteúdos relacionados aos Órgãos Públicos, como a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Uma das matérias divulga informações que fazem parte do parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do governador Geraldo Alckmin (PSDB), mas sem declarações de fontes do Tribunal e nem do governo estadual.

- Proposta-guia para nova licença do Cantareira sai em setembro
- MP quer barrar principal obra contra falta d'água em SP
- Sabesp prioriza interligação e deixa obra para tratar esgoto em 2º plano
- Após frear consumo, estado de SP volta a gastar mais água no inverno
- TCE culpa governo de SP por crise hídrica e diz que faltou planejamento

Não houve produção de fotos para esta reportagem, as imagens que mostram parte da Represa do Sistema Cantareira e da obra de interligação dos sistemas Rio Grande e Alto Tietê foram cedidas pelo Estadão e pela Globo News.

e) Há possibilidade de interatividade?

Como a maioria das publicações online do G1, a página oferece a possibilidade de compartilhamento nas redes sociais, com direcionamento direto para o Facebook, Twitter, Google e Pinterest. Também disponibiliza espaço para comentários de responsabilidade exclusiva de seus autores, que não representam a opinião do site.

f) Exemplos de palavras que aparecem no vídeo e no texto e indiciam as categorias definidas no método:

- Educativa: "A cultura do uso racional e inteligente da água precisa continuar com chuva ou sem chuva", afirmado no **final do vídeo.**

- Factual: "Desde fevereiro de 2014"', "Até o momento", "está em andamento", "apura denúncias", "As investigações dos promotores resultaram em nove ações", "Uma das ações do MP aceita pela Justiça", "a Promotoria quer interromper a obra", "O MP contestou na Justiça", "o juiz não aceitou o primeiro pedido do MP", "a Justiça voltará a analisar o pedido". "Desde março", "audiência pública na quinta (20) e sexta-feira (21)". "Inscrições até às 18h, do dia 18 de agosto", **descritos no texto**.

- Política: "Então a culpa é só de São Pedro?", "O governo de São Paulo negou o racionamento por meses em 2014", "O governo disse que a falta de

> abastecimento foi pontual". [...] "As obras só foram divulgadas durante o período de crise", **relatados no vídeo**.

As informações analisadas nesta reportagem nos permitem afirmar que a abordagem é essencialmente factual na manchete e no corpo do texto, com um leve viés educativo e político no vídeo.

7.2 Reportagem 2: Especial Água – TAB, conteúdo produzido pelo portal de notícias UOL.

a) Sobre o que trata a reportagem?

Essa publicação on-line chama a atenção de maneira bem mais contundente para a questão do abastecimento de água na Grande São Paulo. Logo no título, nem considera o problema como uma crise, que poderia ser passageira. Delibera de maneira categórica de que: "Tem, mas acabou".

A manchete destaca a ideia do, "por quê podemos morrer de sede", com a justificativa de viés político. Logo na primeira linha ressalta que, "O Governo do Estado de São Paulo, que negou durante meses o racionamento de água, finalmente admitiu: não vai ter água para todo mundo o tempo inteiro na cidade".

A partir deste viés político, o conteúdo se desenvolve imperativo e alarmante, com afirmações como, "Tudo o que a população se acostumou a fazer está com os dias contados", "como se a torneira fosse uma miniatura das cataratas do Iguaçu" e "a combinação de água potável com preço baixo não tem futuro".

Uma parte do texto ameniza o tom "exagerado", com referências históricas da cidade. "Os primeiros paulistanos usaram os rios Tietê e Tamanduateí, hoje dois esgotos fedorentos, como uma sofisticada rede de abastecimento e defesa". Neste caminho tenta explicar a origem da escassez hídrica, contextualizando, "foi essa água, distribuída em rios e córregos, que impulsionou o crescimento e desenvolvimento dessa megalópole ao longo dos últimos quatro séculos". Aponta a causa do problema "São Paulo tomou uma decisão dura e, vista de hoje, radical: colocou os rios embaixo da terra". E salienta também que além da escassez hídrica, estas decisões provocaram alterações nas condições climáticas da cidade.

Em seguida, o aspecto político é reforçado com críticas à gestão pública. Sugere que a Sabesp, empresa controlada pelo Governo de São Paulo, “já sabia que a seca estava por perto - e não fez muita coisa”. Alerta que a má administração da companhia ocasiona consequências graves como o desperdício, “um em cada quatro litros de água é perdido pela Sabesp no caminho”. Reprova sua gestão ao afirmar que “ela acabou fazendo um serviço ruim tanto para ela quanto para os acionistas”. E aponta o culpado com o resgate histórico de que “o estado é governado pelo PSDB desde 1994 - então, não houve aquele problema tradicional de um partido sabotar os projetos de outro”, deliberadamente.

O autor ameniza a crise quando sugere que a salvação poderia vir da tecnologia utilizada em outros países. “Nanotecnologia, Bill Gates e dessalinizadores são trunfos para a humanidade seguir hidratada”, como no trecho: “Pesquisadores da Índia estão usando nanotecnologia para filtrar água, matando bactérias e limpando impurezas”. E também na passagem: “Outras tecnologias, desenvolvidas na Europa, apostam em compostos químicos para tratar água a preços cada vez mais baixos, reduzindo o custo pela metade”.

O texto do Uol também apresenta a inovação tecnológica no tratamento de água salgada como uma novidade e cita exemplo de outro país, “em Dubai, a aposta é em dessalinizadores potentes, capazes de transformar milhões de litros de água do mar em líquido pronto para beber”. No entanto, o relato não menciona projetos brasileiros semelhantes, como o sistema de dessalinização de água salobra no semiárido nordestino, desenvolvido pela Embrapa e implantado em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Informações sobre experiências brasileiras como esta estão disponíveis nos portais dos Órgãos públicos.

b) Quais são as principais personagens e fontes do texto?

As fontes relacionadas são a Sociedade Americana para o Avanço da Ciência, um estudo do IPCC, o painel sobre mudanças climáticas da ONU, (Organização das Nações Unidas) e o químico Adilson Nunes Fernandes, da SABESP. As citações são de José Galizia Tundisi, uma das maiores autoridades brasileiras em ecologia retirada de um artigo, escrito para um grande estudo feito

pelo Instituto Socioambiental, e Cláudio Pereira de Oliveira, geógrafo e vice-presidente da ABAS (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas). Todas essas consideradas fontes oficiais.

c) Há materiais multimídia? Quais assuntos?

A programação visual da publicação “Especial Água” é bem elaborada e impactante, com aplicação intercalada de pequenos textos, belas imagens tratadas, vídeos, mapas, ilustrações e infográficos. A força dos recursos multimídia corresponde ao aspecto leve e atrativo de conteúdo, indicado pelo jornalismo online.

O trabalho de vídeografismo é didático. O roteiro é simples, objetivo e educativo. O áudio é estimulante com aplicação de diversos efeitos sonoros. As imagens recortadas da internet são de origens diversas, como da agência de notícias BBC, ONU e internautas anônimos.

d) Há links para fora do texto? Não.

e) Há possibilidade de interatividade?

É possível compartilhar a página UOL diretamente com o Google + ,Facebook e Twitter. Também é possível curtir, acompanhar pelo Facebook e receber o conteúdo por e-mail. Mas não existe espaço para comentários e nenhuma interatividade instantânea com o internauta.

f) Exemplos de palavras que indiciam as categorias:

- Educativa: “Não vai dar mais para lavar a louça como se a torneira fosse uma miniatura das cataratas do Iguaçu”, “a mangueira não pode mais ser vassoura”, “o banho é só para tirar o suor”, “chegou a hora da agricultura e da indústria trabalharem contra o desperdício”, “isso tem de mudar”, “a prevenção”, “ah, sempre é bom reforçar: reciclagem também ajuda”, “mais um ponto na gincana da economia”, “também vale, claro, ter mais cuidado”, “daria para melhorar? Sim”, “por isso que o cuidado tem de ser constante”,

“você só pode abrir poço com autorização”, “se todo mundo sair por aí cavando poço sem rumo, uma hora vamos arrebentar os lençóis”. “isso é ilegal”, “o problema nunca foi bem de falta de água. O grande problema é a relação da população com ela”, “chegou a hora da população de São Paulo mudar sua relação com a água. A era do banho ostentação precisa acabar”, “se a população não fechar a torneira enquanto estiver lavando louça”, “se não substituir a mangueira pela vassoura”, “se as indústrias e a agricultura não ajudarem”, “se o governo não fizer as campanhas de informação que precisam ser feitas, vai faltar água de novo”.

- Factual: “Ao longo dos últimos anos”, “onde hoje fica”, “ao longo dos últimos quatro séculos”, “dos últimos 1200 anos”, “no começo de 2014”, “feito em 2010”, “em 2012”, “no verão de 2009/2010”
- Política: “O Governo do Estado de São Paulo”, “o despreparo do governo”, “Sabesp, empresa controlada pelo Governo de São Paulo”, “políticas no governo e na administração da Sabesp”, “o estado é governado pelo PSDB desde 1994”, “o Governo Federal”,

As informações analisadas nesta reportagem “Especial Água” do portal de notícias UOL, nos permitem afirmar que a abordagem é predominantemente educativa.

7.3 Reportagem 3: “Gente demais. A maior metrópole brasileira chega ao limite”, do site da Folha.

a) Sobre o que trata a reportagem?

A publicação da Folha aponta as causas da escassez de água na Grande São Paulo, com resultados de apurações em áreas de ocupações irregulares, de desmatamento e agropecuária. Alerta que esses impactos “agravam os minguados mananciais da Grande São Paulo e a deixam sem reservas para enfrentar estiagens, que podem se agravar se o clima continuar mudando”.

A investigação dos repórteres descobre regiões às margens de rios e represas degradadas pelo crescimento desordenado. Faz a denúncia de invasão patrocinada

pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de uma área com mais de 40 nascentes que abastecem a Guarapiranga. E dá o tom político ao apontar como responsável o prefeito Fernando Haddad do PT, que revogou o decreto que transformava a área em parque, e aprovou o novo Plano Diretor com a figura jurídica das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). “A Nova Palestina tomou um pedaço da área total de preservação de 1,1 milhão de m²”, [...] a ocupação irregular dos mananciais acaba por levar o esgoto e o lixo domésticos para o reservatório de abastecimento”.

Em seguida, o conteúdo retrata o desmatamento em áreas rurais fundamentada em dados do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), que estuda há mais de 30 anos o ambiente natural de regiões como a do Cantareira. “De acordo com levantamento feito pela ONG, 49% do entorno da represa foram ocupados por pastos. Outros 38% ainda são florestados, e em 8% a mata está em recomposição. Os restantes 5% estão tomados por eucaliptos”.

Também alerta para as mudanças climáticas na capital paulista, citando a formação do conhecido efeito de ilha urbana de calor. “Quanto mais cresce e se adensa, a cidade, impermeabilizada por grandes massas de asfalto e concreto, armazena mais radiação solar. Com isso, aquece a atmosfera sobre ela, superando em até 3°C a temperatura da zona rural que a circunda, o que favorece a formação de nuvens e a precipitação”.

b) Quais são as principais personagens e fontes do texto?

Sobre a questão da ocupação das áreas de nascentes, a reportagem ouviu somente o engenheiro da empresa contratada pelo MTST para urbanizar a área de 300 mil m², próxima à Guarapiranga. Para apresentar o impacto do desmatamento e da agricultura no abastecimento de água, foram citadas declarações do biólogo do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), ONG que estuda ambientes naturais de regiões como o Cantareira. Também são mencionadas fonte oficiais como a secretaria estadual do Meio Ambiente, Sabesp, Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, Agência Nacional de Águas (ANA) e a OMS (Organização Mundial da Saúde)

c) Há materiais multimídia? Quais assuntos?

A reportagem multimídia traça uma radiografia da crise hídrica na Grande São Paulo por meio de textos apurados, imagens tratadas, mapas, infográficos explicativos e vídeos com depoimento de moradores da região. E conclui que, “a recuperação ambiental, a conservação dos mananciais e a redução do desperdício formam o tripé capaz de impedir que a água acabe em áreas muito populosas”.

d) Há links para fora do texto? Não.

e) Há possibilidade de interatividade? Não. Porém é possível compartilhar a publicação no Facebook e Twitter.

f) Exemplos de palavras que indiciam as categorias

- Educativa: “O solo florestado funciona como uma esponja e favorece a lenta infiltração da água para o lençol freático, que ajuda a encher as represas”, “sem a cobertura das árvores, a água escorre mais rapidamente pelo terreno – causando erosão – e provoca enchentes mais à frente”, “a recuperação ambiental, a conservação dos mananciais e a redução do desperdício formam o tripé capaz de impedir que a água acabe em áreas muito populosas”, “quando chove, a água se infiltra, e só uma pequena parte escorre barranco abaixo”, “quanto mais cresce e se adensa, a cidade, impermeabilizada por grandes massas de asfalto e concreto, armazena mais radiação solar”, “com isso, aquece a atmosfera sobre ela, superando em até 3°C a temperatura da zona rural que a circunda, o que favorece a formação de nuvens e a precipitação”, “limpar um litro de água contaminada custa ao menos dez vezes mais do que tratar um litro produzido em área com floresta. agravado pela despreocupação dos brasileiros com seus mananciais”, “o desperdício de água é enorme entre paulistanos e paulistas”, “o mesmo raciocínio vale para a reutilização”,

“captar água da chuva para lavar garagens e carros ou regar o jardim é providência óbvia, mas pouco praticada em São Paulo”.

- Factual : “início 2014”, “em novembro de 2013”, “no final de março de 2014”, “milhares de pessoas que ocupam a Nova Palestina”, “produzem cerca de 6 milhões de metros cúbicos de água por dia”, “60 % dos municípios paulistas são atendidos pela Sabesp”, “46% dos municípios”, “5 milhões de pessoas nas regiões”, “a atual estiagem”, “estão há dois anos”, “com a atual crise na região metropolitana”, “o consumo nos 33 municípios aumentou 26%”, “enquanto a produção de água tratada cresceu apenas 9%”, “o crescimento anual da população foi de cerca de 150 mil pessoas”, “os padrões de consumo se elevaram”, “Sabesp fornece 6 milhões de m³ / dia”, “metade vem de fora da região metropolitana”, “2,8 milhões de m³ / dia”, “hoje, o consumo é de 175 litros”, “a perda é de 24,4%”, “valor abaixo da média nacional (40,7%)”. “Alemanha (11%) e dos EUA (16%)”, “entre 2008 e 2013”, “a Sabesp deixou de investir 37% do previsto em obras”, “os cerca de 12 mil poços artesianos da região já retiram 864 mil m³/dia”, “um volume de água equivalente à metade da vazão reduzida”, “na crise do sistema Cantareira”, “1,7 milhão de m³/dia”, “antes, a retirada era de 2,7 milhões de m³/dia”, “produzem em torno de 6 milhões de m³/dia”, “o São Lourenço, que custará R$ 2,2 bilhões adicionará 432 mil m³/dia – um terço do 1,5 milhão de m³ que a estatal desperdiça por dia”.

- Política: “O prefeito Fernando Haddad (PT)”, “MTST”, “em lugar de campanhas mais incisivas de conservação, o governo opta por buscar água em locais cada vez mais distantes”, “em vez de mais represas, precisamos de uma gestão sustentável dos recursos hídricos”, “ex-secretária do Meio Ambiente (governo Mário Covas)”.

A partir do levantamento e análise das informações, observa-se que a reportagem mantém uma abordagem equilibrada entre o viés educativo e o factual.

CONCLUSÃO

Este trabalho partiu do incômodo com o crescimento da degradação do meio ambiente, comprovada pelo aumento de lixões, poluição do ar, do solo e das águas, tráfico e riscos de extinção de espécies da fauna e da flora, desmatamentos e diversos desastres ambientais como enchentes, secas, incêndios, erosões, desabamentos de encostas e rompimentos de barragens de resíduos tóxicos.

A interrupção do abastecimento de água para a população da região metropolitana de São Paulo serviu como objeto de estudo, e atendeu o objetivo de analisar a cobertura do jornalismo on line, no momento de crise hídrica, em 2014.

A análise das reportagens especiais dos portais de notícias mais acessados no país G1, UOL e Folha de São Paulo nos permite concluir que o jornalismo na web consegue produzir conteúdos atraentes que favorecem a conscientização dos internautas sobre a situação dos recursos hídricos na região.

De forma empírica, a utilização do método análise de conteúdo como referência possibilitou a categorização das informações nos textos, vídeos, mapas, infográficos pelo viés educativo/ambiental, factual e político.

O resultado do levantamento e avaliação das categorias identificadas serviu de base para atestar que o jornalismo on line oferece conteúdos de natureza factual, com predominância educativa.

Como reconhecido pelos autores expostos no trabalho, a utilização de recursos multimídia nos textos e nas imagens são determinantes na produção para a web. O avanço das tecnologias contribui para disseminação das informações entre os cidadãos. A variedade de efeitos de luzes, cores, formas e sons torna-se fundamental para atrair a atenção dos internautas jovens, formadores de opinião que poderão compartilhar ideias e promover a conscientização ecológica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CANAVILHAS, João Messias. (2001) **Webjornalismo**: considerações gerais sobre jornalismo na web. In: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=canavilhas-joao-webjornal.html.

CASTILHO, Carlos. Jornalismo público. Boletim do Instituto Gutenberg, São Paulo, n. 15, pg. 15, mai-jun,1997

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo, Sumus Editorial, 1993.

FERRARI, Pollyana – **Jornalismo Digital**. São Paulo. Contexto. 2003

FONSECA, André Azevedo. A magnitude do problema em uma experiência concreta. In:BOAS, Sérgio Vilas (Org.). Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p. 111-148.

KOVACH, Bill e Rosenstiel, Tom. **Os Elementos do Jornalismo** – O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo, Geração, 2003.

LEITE, Marcelo; **Manual de Comunicação e Meio Ambiente** – São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2004.

MACHADO. Elias. **Os novos conceitosde edição no jornalismo digital** In Comunicaçãoe Sociedade, Vol 14 (1-2),2000, 357-373, Braga: Universidade doMinho.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia** – Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo, Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MIELNICZUK, L. **Jornalismo na Web:** uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Tese.

MIELNICZUK, L. (2001) **Características e implicações do jornalismo na Web.** Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_ mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em 2 de abr. 2008.

PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005;

SORRENTINO, MARCOS; **Educação ambiental como política pública -** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André; **Mundo Sustentável** – Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação – Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.
TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre laconstrucción de la realidade. Barcelona: Bosch, 1993.

WEBER, Max. **Sociologia e política**: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1985.

“O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização”.UlrichBeck .Traduzida por André Carone. São Paulo: Paz e Terra,1999

Crise hídrica em São Paulo já gerou mais de 50 ações e inquéritos no MP Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/crise-hidrica-em-sao-paulo-ja-gerou-mais-de-50-acoes-e-inqueritos-no-mp.html

Especial Água. Tem, mas acabou. Disponível em: http://tab.uol.com.br/agua/

LÍQUIDO E INCERTO, futuro dos recursos hídricos no Brasil.
Gente demais. A maior metrópole brasileira chega ao limite
Disponível em: http://arte.folha.uol.com.br/ambiente/2014/09/15/crise-da-agua/gente-demais.html